

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – LICENCIATURA PLENA

Cintia dos Santos Assunção

**TRABALHO E ENSINO COLABORATIVO NAS ESCOLAS
BRASILEIRAS: UM MAPEAMENTO POR MEIO DE UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Santa Maria, RS
2022

Cintia dos Santos Assunção

**TRABALHO E ENSINO COLABORATIVO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM
MAPEAMENTO POR MEIO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Educação
Especial – Licenciatura Plena, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Licenciada em Educação Especial.

Orientadora: Dra. Andréa Tonini

Santa Maria, RS
2022

Cintia dos Santos Assunção

**TRABALHO E ENSINO COLABORATIVO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM
MAPEAMENTO POR MEIO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Educação
Especial – Licenciatura Plena, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de
Licenciada em Educação Especial.

Aprovado em 19 de agosto de 2022.

**Andréa Tonini, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Fabiane Adela Tonetto Costas, Dra. (UFSM)

José Luiz Padilha Damilano, Esp. (UFSM)

Santa Maria, RS
2022

RESUMO

TRABALHO E ENSINO COLABORATIVO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UM MAPEAMENTO POR MEIO DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

AUTORA:Cintia dos Santos Assunção
ORIENTADORA:Andréa Tonini

A literatura especializada no assunto considera que o trabalho e ensino colaborativo poderão contribuir de formas diversas no processo de aprendizagem dos alunos que apresentam algum tipo de deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Neste contexto, os seguintes objetivos orientaram essa pesquisa, sendo: buscar o conhecimento sobre os estudos empíricos em relação ao trabalho e ensino colaborativo que estão sendo realizados nas escolas brasileiras; identificar os conceitos de trabalho e ensino colaborativo de referência em cada estudo realizado; identificar nos estudos os aspectos indicados como necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo; especificar nos estudos as barreiras apontadas para a implementação do trabalho e ensino colaborativo. Os procedimentos metodológicos que guiaram a pesquisa tiveram como base o método proposto em artigos de revisões sistemática sendo realizada em duas fontes de dados: na Revista Brasileira de Educação Especial e na Revista Educação Especial, sendo selecionados oito artigos científicos para a análise e discussão dos resultados. Os resultados apontam que os aspectos indicados como necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo são: o apoio da gestão escolar/equipe diretiva; o compartilhamento na elaboração e execução dos planejamentos e nas avaliações dos alunos; articulação com outros profissionais, tais como: psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos. Barreiras para a implementação do trabalho e ensino colaborativo também foram identificadas, sendo: despreparo dos professores para atuar junto ao alunos com deficiência física; recursos insuficientes para trabalhar com alunos com deficiência visual; indisposição para os profissionais colaborarem uns com os outros; falta de vínculo; tempos e espaços diferentes para o planejamento; pouco suporte/apoio da gestão escolar/equipe diretiva.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo. Ensino colaborativo. Educação Inclusiva. Alunos com deficiência. Necessidades educacionais específicas.

ABSTRACT

WORK AND COLLABORATIVE TEACHING IN BRAZILIAN SCHOOLS: A MAPPING THROUGH A SYSTEMATIC REVIEW

AUTHOR: Cintia dos Santos Assunção
ADVISOR: Andréa Tonini

The literature on the subject considers that collaborative work and teaching can contribute in different ways in the learning process of students who have some type of disability and/ or specific educational needs. In this context, the following objectives guided this research, being: to seek knowledge about empirical studies in relation to the work and collaborative teaching that are being carried out in Brazilian schools; identify the work concepts and collaborative teaching of reference in each study carried out; identify in the studies the aspects indicated as necessary for the practice of work and collaborative teaching; specify in the studies the barriers pointed out for the implementation of collaborative work and teaching. The methodological procedures that guided the research were based on the method proposed in articles of systematic reviews being carried out in two data sources eight scientific articles were selected for the analysis and discussion of the results. The results indicate that the aspects indicated as necessary for the practice of work and collaborative teaching are: the support of school management/ management; sharing in the preparation and execution of plans and evaluations of students; professionals, such as psychologists, occupational therapists and speech therapists. Barriers to the implementation of work and collaborative teaching have also been identified: unpreparedness of teachers to work with students with physical disabilities; insufficient resources to work with students with visual impairment; unwillingness for professionals to collaborate with each other; lack of bonding; different times and spaces for planning; little support/support from school management/management team.

Keywords: Collaborative work. Collaborative teaching. Inclusive education. Students with disabilities. Specific educational needs.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Resultados da busca na REE	15
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Identificação dos artigos selecionados - RBEE	16
QUADRO 2 - Identificação dos artigos selecionados - REE.....	16

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPEE	Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ECD	Estudante com Deficiência
EF	Educação Física
GERED	Gerência Regional de Educação
PEF	Professor de Educação Física
RBEE	Revista Brasileira de Educação Especial
REE	Revista Educação Especial
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	13
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
3.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	16
3.2	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A temática do trabalho colaborativo nas escolas começou a fazer parte da minha formação acadêmica no Curso de Educação Especial a partir dos estágios acadêmicos que realizei no segundo semestre de 2021, a saber: Estágio Supervisionado em Déficit Cognitivo e Estágio Supervisionado em Dificuldades de Aprendizagem.

No que se refere ao Estágio Supervisionado em Déficit Cognitivo, este ocorreu em dupla e de forma remota por ter sido em outro município distante de Santa Maria/RS e por estarmos com o ensino remoto na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) devido à pandemia da COVID-19. O estágio se efetivou em uma escola municipal e na ocasião, realizávamos o planejamento para uma aluna e a professora de educação especial executava presencialmente na sala de recursos do Atendimento Educacional Especializado, enquanto eu e a outra colega acompanhávamos de forma remota pelo computador fazendo o uso do aplicativo *Google Meet*, colaborando desta forma, na mediação das atividades sempre que necessário. A aluna em questão, cursava o 2º ano do ensino fundamental, tinha nove anos de idade e era atendida pela professora de educação especial por apresentar dificuldades de aprendizagens na área da matemática e da alfabetização. No Atendimento Educacional Especializado, era inquieta e distraída, sendo mais dedicada e focando a atenção aos jogos lúdicos constituintes nos nossos planejamentos.

No decorrer das aulas teóricas a professora orientadora do Estágio Supervisionado em Déficit Cognitivo disponibilizou alguns textos para debate a respeito do tema Ensino Colaborativo. Expresso que antes deste estágio eu não havia estudado este conteúdo, apesar de ter ouvido falar durante o meu percurso formativo.

Sobre o Estágio Supervisionado em Dificuldades de Aprendizagem, este ocorreu de forma individual e foi realizado de maneira híbrida em uma escola municipal de ensino fundamental localizada na cidade de Santa Maria/RS, sendo algumas aulas remotas e outras presenciais na sala de recursos do Atendimento Educacional Especializado.

O aluno que realizei o estágio em Dificuldades de Aprendizagem foi atendido no Atendimento Educacional Especializado por solicitação familiar, devido às dificuldades de aprendizagem significativas que apresentava, havendo uma hipótese diagnóstica de dislexia. O aluno tinha 12 anos de idade, cursava o 6º ano do ensino

fundamental, frequentando a mesma escola desde a Educação Infantil. Em relação ao trabalho colaborativo com a professora de educação especial, neste caso, com a supervisora do estágio, a colaboração ocorria da seguinte forma: os planejamentos eram disponibilizados para análise e contribuição da professora, antes da implementação na aula do Atendimento Educacional Especializado, e, sempre que necessário, haviam mudanças nos planejamentos para melhor abordar o conteúdo, tendo em vista que a professora já conhecia as necessidades educacionais específicas e interesses do aluno. As aulas tinham duração de 60min, em média, e durante todo o tempo a professora supervisora colaborava na mediação para estimular a aprendizagem do aluno. O fato de estarmos juntas, trabalhando na mesma sala de atendimento, fez com que o tempo fosse mais bem aproveitado com estratégias direcionadas para as principais necessidades educacionais específicas do aluno e, assim, de uma maneira mútua, nós três, professora supervisora do estágio, estagiária e o aluno, tivemos momentos significativos de aprendizagens.

Assim sendo, no contexto dos dois estágios observei a importância do trabalho colaborativo entre os docentes (da classe comum e do atendimento de educação especial), neste caso, também com a estagiária, para que fossem potencializadas as estratégias educacionais inclusivas que melhor atendessem as necessidades educacionais específicas dos(as) alunos(as) e possibilitasse uma reflexão sobre a nossa própria atuação. Sobre a colaboração, Capellini e Mendes (2007, p.119), consideram que:

A literatura estrangeira vem apontando que a colaboração entre professores da Educação Comum e Especial tem possibilitado uma reflexão da prática pedagógica e ampliando as possibilidades de melhor atender alunos com deficiência na classe comum, além de possibilitar um desenvolvimento profissional centrado na própria escola.

Dentre os vários conceitos existentes na literatura especializada no assunto sobre o ensino colaborativo, bidocência, docência articulada, entre outros conceitos, apresento o que melhor se aproxima das minhas convicções, sendo o de trabalho colaborativo dos autores Casal e Fragoso (2019, p.5) que diz: “O trabalho colaborativo é um processo articulado, que permite melhorar os resultados. Uma cultura de colaboração representa um dos caminhos mais eficientes para o desenvolvimento da educação inclusiva”.

Portanto, o trabalho colaborativo tem se mostrado eficiente em termos de estratégia para o atendimento dos pressupostos da educação inclusiva. Para Silva Neto *et al.* (2018, p.86), a educação inclusiva é,

[...] a transformação para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos.

Entretanto, a literatura especializada no assunto aponta dificuldades pelos professores para uma reestruturação da cultura e da prática para a efetivação do trabalho e ensino colaborativo, como aponta Honnief (2015,p.2): “o trabalho docente articulado é visto como positivo pelos docentes, no entanto, enfrenta alguns desafios como, por exemplo, o tempo dos professores e disponibilidade para o trabalho em equipe”. O despreparo dos profissionais da educação assim como do ambiente escolar para a prática do trabalho colaborativo que envolve o ensino, tem que ser modificado. Honnief (2015,p.14) afirma que:

Para o trabalho docente articulado acontecer faz-se necessário um período maior de tempo destinado à articulação dos saberes e práticas entre os docentes de educação especial e da classe comum, e também a existência de mais profissionais, principalmente de educação especial, mas também mais professores por instituição.

Diante do exposto, no que se refere ao meu conhecimento embrionário sobre o trabalho e ensino colaborativo, associado à literatura especializada no assunto sobre a educação inclusiva que coloca como um dos princípios para o sucesso da inclusão a existência de um trabalho colaborativo entre os profissionais de educação e os demais agentes envolvidos (por exemplo, familiares, equipe diretiva, profissionais da saúde), questiona-se quais são as barreiras apontadas para a implementação do trabalho e ensino colaborativo? A partir desse questionamento, definiram-se os seguintes objetivos para a realização do estudo proposto:

- a) buscar o conhecimento sobre os estudos empíricos em relação ao trabalho e ensino colaborativo que estão sendo realizados nas escolas brasileiras;
- b) identificar os conceitos de trabalho e ensino colaborativo de referência em cada estudo realizado;

- c) identificar nos estudos os aspectos indicados como necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo;
- d) especificar nos estudos as barreiras apontadas para a implementação do trabalho e ensino colaborativo.

Para a realização do estudo proposto foram definidos os procedimentos metodológicos, conforme consta no próximo tópico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento que norteou esse estudo teve como base o método proposto em artigos de revisão sistemática, sendo este um dos procedimentos metodológicos que possibilita um conhecimento abrangente sobre as publicações científicas validadas pela investigação. De acordo com Costa e Zoltowski (2014, p.56), a revisão sistemática é:

Um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada. O seu resultado não é uma simples relação cronológica ou uma exposição linear e descritiva de uma temática, pois a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado.

Assim sendo, seguiu-se a delimitação das etapas sugeridas por Costa e Zoltowski (2014), a saber: identificação do problema de pesquisa; escolha das fontes de dados; eleição das palavras-chave (descritores); busca e armazenamento dos resultados; seleção dos artigos selecionados; avaliação dos dados encontrados; análise dos dados; e interpretação.

As fontes de dados ficaram delimitadas em dois periódicos de referência na área da Educação Especial no Brasil, sendo a Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) e a Revista Educação Especial (REE). Anteriormente a esta definição foi feita uma busca no portal *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), porém não foram encontrados artigos que atendessem os objetivos da pesquisa, sendo necessário delimitar a pesquisa em fontes de dados mais específicas da área da Educação Especial. Portanto, a coleta de dados foi feita diretamente na plataforma de cada revista.

A Revista Brasileira de Educação Especial é mantida pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (ABPEE), sendo classificada como A2 pelo qualis/CAPES. A Revista foi criada em 1993 na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de disseminar o conhecimento em Educação Especial e áreas afins com publicação em fluxo contínuo. Com oito fontes de indexação, sendo: BBE/INEP (Brasil), EDUBASE (UNICAMP), CLASE (México), PSICODOC (Espanha), LILACS/BIREME; educ@, SCOPUS, SCIELO, é uma revista de referência na área da Educação Especial.

A Revista Educação Especial é mantida pelo Centro de Educação da UFSM, sendo classificada como A2 pelo qualis/CAPES. A Revista foi criada em 1987 com o nome de “Cadernos de Educação Especial”. Em 2004, teve seu escopo e normas de circulação modificados, assim como seu nome que passou a ser Revista Educação Especial, com a finalidade de veicular artigos inéditos na área da Educação Especial provenientes de pesquisas e práticas articuladas no campo. Com seis fontes de indexação, sendo: Bibliografia Brasileira de Educação, Centro de Informação e Biblioteca em Educação, *Electronic Journals Library*, *Índice de Revistas de Educación Superior e Investigación Educativa*, *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina* e *UlrichsWeb*, é uma revista de referência na área da Educação Especial.

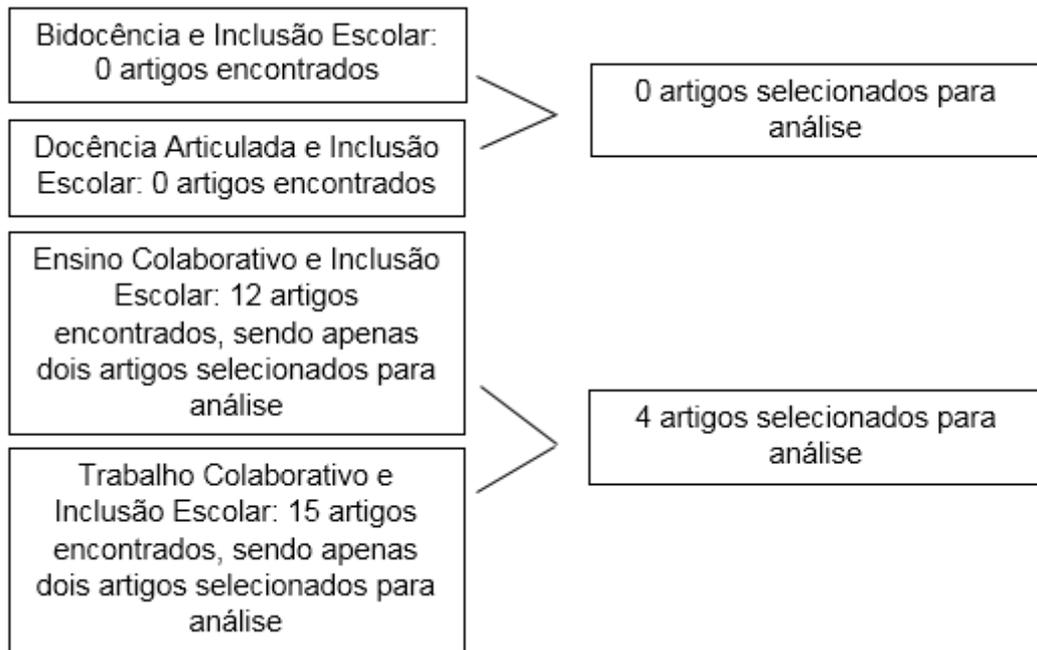
Para a busca e o armazenamento dos resultados, foram definidos as seguintes palavras-chave: ensino colaborativo e inclusão escolar; trabalho colaborativo e inclusão escolar; bidocência e inclusão escolar; e docência articulada e inclusão escolar. Os critérios de inclusão foram artigos publicados em um período de dez anos, de 2011 a 2021, escritos no idioma português, bem como, estudos empíricos realizados em escolas brasileiras. Os critérios de exclusão foram estudos que não atendessem o período estipulado e que não estivessem escritos na língua portuguesa, bem como, os estudos de revisão de literatura.

Para a seleção dos artigos, primeiramente foi feita uma leitura dos títulos e palavras-chave; em seguida, foi realizada a leitura dos resumos e os artigos que não atendiam aos critérios de inclusão foram descartados.

Na busca realizada na RBEE, optou-se por fazer a pesquisa ano a ano não sendo utilizadas as palavras-chave, entretanto, os materiais selecionados tinham que contemplar os critérios de inclusão. Dessa forma, foram selecionados quatro artigos para a análise.

A busca realizada na REE seguiu a definição dos descritores. Assim sendo, ao usar os jogos de palavras-chave, bidocência e inclusão escolar, docência articulada e inclusão escolar, não foram encontrados artigos que atendessem os critérios de inclusão. Já na busca que consistia nos jogos de palavras-chave, ensino colaborativo e inclusão escolar, trabalho colaborativo e inclusão escolar, foram encontrados e selecionados quatro artigos que atendiam os critérios de inclusão, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Resultados da busca na REE



Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, após a avaliação dos materiais selecionados, a amostra final foi de oito artigos relacionados ao objetivo do estudo proposto, conforme apresenta-se no tópico a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo está organizado em dois tópicos, sendo o primeiro referente à apresentação dos resultados e o segundo referente à discussão dos resultados.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico, consta a apresentação sintetizada dos oito artigos selecionados a partir dos critérios de inclusão e exclusão apresentados na metodologia.

Na Quadro 1, apresentam-se os artigos selecionados da Revista Brasileira de Educação Especial, identificando o ano, título e autores.

Quadro 1 - Identificação dos artigos selecionados - RBEE

Ano	Título	Autor(es)
2011	Consultoria colaborativa em Terapia Ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão.	Gebrael, L. R.; Martinez, M. S.
2013	Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta.	Melo, R. L. V.; Pereira, P. M.
2018	Psicologia escolar e educação inclusiva: a atuação junto aos professores.	Fonseca, S.; Freitas, S. C.; Negreiros, F.
2019	As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo(coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina.	Buss, B.; Giacomazzo, F.

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 2, apresentam-se os artigos selecionados da Revista Educação Especial, identificando o ano, título e autores.

Quadro 2 - Identificação dos artigos selecionados - REE

Ano	Título	Autor(es)
2012	O papel consultivo do fonoaudiólogo: algumas reflexões sobre a consultoria colaborativa na escola regular.	Machado, A. C.; Bello, S. F.; Almeida, M. A.
2018	Construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação da aprendizagem na escola inclusiva.	Mello, A. F. G.; Hostins, R. C. L.
2021	A importância da superação de barreiras entre família e escola para a construção de um trabalho colaborativo em prol da inclusão escolar do filho e aluno com altas habilidades/superdotação.	Rech, A. J. D.; Freitas, S. N.
2021	Coensino e Educação Física escolar: intervenções voltadas à inclusão de estudantes com deficiência.	Gatti, M. R.; Munster, M. A.

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a apresentação dos resultados, começa-se por descrever as informações dos artigos selecionados nas duas revistas, por meio dos seguintes dados: título, autor, ano, objetivos, metodologia e resultados finais.

O primeiro, intitulado “Consultoria colaborativa e Terapia Ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão”, elaborado por Gebrael e Martinez (2011) em Escolas Municipais de Educação Infantil da cidade de São Paulo – SP. Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo que teve como objetivo elaborar, implementar e avaliar um programa individualizado de consultoria colaborativa em Terapia Ocupacional para professores. O intuito foi aumentar o repertório de estratégias e recursos dos professores para promover a independência de crianças pré-escolares com baixa visão nas atividades de vida diária de higiene e alimentação, denominado PRÓ-AVD. Participaram do estudo experimental 10 professoras e 10 alunos com baixa visão com idades entre quatro e seis anos. A pesquisa utilizou um delineamento experimental como método, partindo de pré-teste e pós-teste.

Para a coleta de dados, foram separados alguns instrumentos, a saber: Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade, Avaliação Funcional do Desenvolvimento Visual e Global, roteiro de entrevista inicial com os professores, estudo de caso – pós-teste, roteiro de observação de filmagens, questionário de avaliação do programa e diário de campo. Foram realizadas as seguintes etapas da pesquisa: aplicação dos pré-testes com professores e alunos; elaboração do programa de intervenção; implementação do programa de intervenção e; aplicação dos pós-testes com os professores. Segundo os critérios do teste, nenhuma das professoras apresentou repertório suficiente para adequar atividades e favorecer a participação autônoma do aluno com baixa visão nas atividades de vida diária no ambiente escolar. As professoras participantes relataram poucas estratégias e recursos possíveis de serem usados com crianças deficientes visuais.

O segundo artigo intitulado “O papel consultivo do fonoaudiólogo: algumas reflexões sobre a consultoria colaborativa na escola regular” foi desenvolvido no interior de São Paulo por Machado, Bello e Almeida (2012). O estudo teve o intuito de responder a seguinte questão de pesquisa: qual a relação do trabalho fonoaudiológico na perspectiva da consultoria colaborativa junto ao professor da escola regular? O principal objetivo foi verificar a eficácia da intervenção fonoaudiológica numa perspectiva colaborativa no âmbito escolar e contribuir para um processo inclusivo. Participaram desse estudo duas professoras do Ensino Fundamental de uma escola

privada, cada uma com um aluno que apresentava dificuldades de comunicação oral. Para coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: para os professores um questionário sobre o conceito de consultoria, ficha de encaminhamento do aluno para consultoria colaborativa e diário de atividades para investigação pós-intervenção da percepção dos professores participantes sobre a consultoria prestada. Tais instrumentos foram utilizados no início e na finalização do estudo.

Para os alunos, foi utilizado como instrumento o Teste ABFW – teste de linguagem infantil que possibilita avaliar os aspectos importantes da linguagem infantil. No início do processo de consultoria, foi fornecido às professoras um questionário com sete questões, duas fechadas e cinco abertas, que envolviam o conhecimento sobre a proposta, bem como se o fonoaudiólogo pode contribuir nesse formato de trabalho. Após dez encontros, dos quais dois foram semanais e os demais quinzenais, foi aplicado novamente o mesmo questionário acrescido de duas questões abertas. Os resultados apontam que essa proposta pode proporcionar ao professor maior segurança e apoio no exercício contínuo de sala de aula, propondo reflexões sobre suas práticas, bem como, não auxiliou só os alunos alvos, cooperando com todo o coletivo.

Como terceiro artigo tem-se “Inclusão Escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta”, realizado por Melo e Pereira (2013), que buscou investigar o que os professores do ensino comum pensam a respeito da colaboração do fisioterapeuta no processo de inclusão escolar. Os autores adotaram os princípios da abordagem qualitativa partindo de um estudo exploratório, realizado em três escolas da cidade do Natal/RN. Foram selecionados para participar da pesquisa 22 professores que se encontravam nas escolas no momento da aplicação do questionário, sendo sete da Educação Infantil e 15 do Ensino Fundamental.

Para coleta de dados junto aos professores, foi utilizado um questionário, o qual foi composto de quatro partes, a saber: a primeira parte voltada para caracterização sociodemográfica, a segunda parte destinada a colher informações acerca da formação acadêmica, a terceira parte com questões específicas acerca da atuação docente e a quarta e última parte sobre o atendimento educacional do aluno com deficiência física, abordando itens como: a inclusão de alunos com deficiência física na escola regular; formação para atuar junto ao aluno com deficiência física e a importância da colaboração do fisioterapeuta junto à escola visando à inclusão de

alunos com deficiência física. Para este estudo, foi criada uma planilha contemplando todas as informações do questionário original, de modo que os dados foram agrupados em três categorias, sendo: Visão dos professores sobre a inclusão escolar, Formação profissional para lidar com o aluno com deficiência física e Colaboração do Fisioterapeuta no processo de inclusão do aluno com deficiência física.

Como resultados, é notável que, para a maioria dos professores investigados, ainda há uma concepção da deficiência física segundo o modelo médico, estando relacionada com limitação, déficit, necessidade especial, problema, dificuldade, entre outros aspectos, que influenciam para uma visão de que os problemas estão centrados na pessoa com deficiência e não no contexto escolar. Para os professores a colaboração do fisioterapeuta na inclusão de alunos com deficiência física foi considerada importante, pois favorece o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência física durante as aulas.

O quarto artigo nominado “Psicologia escolar e educação inclusiva: a atuação junto aos professores” refere-se a um estudo realizado por Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) configurando-se como uma abordagem qualitativa exploratória-descritiva, com o objetivo de analisar a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente à Educação Inclusiva. Os participantes da pesquisa foram dez psicólogos escolares que atuavam em três escolas regulares privadas do município de Teresina, Piauí. Os critérios de inclusão dos participantes foram: a) tempo de atuação mínimo de um ano como psicólogo escolar da Educação Básica; e b) atuação profissional em escola regular privada inclusiva.

Os dados foram coletados individualmente por meio da realização de entrevistas semiestruturadas, tendo como método a análise de conteúdo, a qual é dividida em três fases, a saber: pré análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A análise das entrevistas possibilitou a obtenção de três categorias: demandas inclusivas direcionadas ao psicólogo escolar, atuação do psicólogo escolar junto aos professores e resultados da atuação do psicólogo escolar junto aos professores. O ponto principal que impulsionou esta pesquisa foi os relatos das professoras sobre o comportamento dos alunos público-alvo da Educação Especial dentro da sala de aula. Os principais projetos desenvolvidos pelos pesquisadores foram de formação de professoras, com bons resultados percebidos pelos participantes, principalmente no que se refere a aspectos de evolução do aluno, de mudanças atitudinais das professoras e de diminuição de

demandas direcionadas ao Serviço de Psicologia Escolar. Portanto, a atuação do psicólogo escolar junto aos professores frente à educação inclusiva acarretou em práticas tanto de cunho resolutivo como de cunho preventivo, realizadas com maior ou menor enfoque pelos diferentes participantes.

O quinto artigo nominado “Construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação da aprendizagem na escola inclusiva”, foi um estudo realizado por Mello e Hostins (2018) com o objetivo de discutir a potência da construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação de aprendizagem por professores do ensino comum e do Atendimento Educacional Especializado – AEE, para a inclusão escolar, partindo de uma pesquisa de caráter qualitativo e colaborativo. Participaram da investigação sete professores de disciplinas dos anos finais do ensino fundamental que, juntos com os pesquisadores, desenvolveram dinâmicas de estudo e definiram conceitos, procedimentos e estratégias diferenciados de avaliação pedagógica de uma aluna com deficiência intelectual matriculada em suas classes.

O trabalho proposto possui três fases que se complementam, sendo: diagnóstico, análise crítica da situação e ação/decisão (BOTERF, 1999). Desse modo, para a etapa do diagnóstico considerou-se a seguinte questão: O que nós conhecemos sobre nossa aluna com deficiência intelectual? Na etapa da análise crítica indagou-se sobre quais os instrumentos que existem para avaliá-la, qual a análise crítica que se pode fazer do Plano de Atendimento Educacional existente? E quais as possibilidades de redimensionar o olhar sobre a aprendizagem? Na terceira e última etapa a questão norteadora foi: que conceitos, critérios e práticas devem ser levados em conta na construção mediada e colaborativa de um instrumento comum de avaliação, que contemple tanto o processo quanto o resultado da aprendizagem da aluna? Os resultados evidenciaram experiências compartilhadas de discussão sobre o modo de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e a concepção coletiva de um instrumento de planejamento e avaliação dimensionado para a sua efetiva participação e sucesso na escola de educação básica.

O sexto chama-se “As interações pedagógicas na perspectiva do ensino colaborativo (coensino): diálogos com o segundo professor de turma em Santa Catarina”. Um estudo realizado por Buss e Giacomazzo (2019), de cunho qualitativo onde busca compreender, partindo do conceito de Coensino, as interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor de turma. Assim sendo, os sujeitos da pesquisa foram professores da Rede Estadual de Ensino, atuantes como

segundos professores de turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental nos municípios da 36ª Gerência Regional de Educação (GERED) do Estado de Santa Catarina. No momento da coleta dos dados, eram 14 Segundos Professores nessa GERED. Destes, 10 participaram verdadeiramente da pesquisa. As entrevistas foram gravadas na extensão MP4, por meio de um dispositivo (celular) e após realizada a transcrição.

Para a coleta dos dados, foram utilizados dois instrumentos, um roteiro de entrevista, com questões semiestruturadas, abertas, permitindo o diálogo no momento da entrevista e um questionário de autoavaliação quanti-qualitativo a ser respondido pelos participantes após a entrevista. A partir dos dados desta pesquisa nota-se a necessidade de uma reformulação do sistema, de modo a possibilitar a permanência de profissionais que estabelecem vínculos produtivos com seus colegas de classe e desenvolver a aprendizagem de todos os alunos, bem como formações complementares e regulares para aperfeiçoar todos os professores.

O sétimo artigo intitulado “A importância da superação de barreiras entre família e escola para a construção de um trabalho colaborativo em prol da inclusão escolar do filho e aluno com altas habilidades/superdotação”, realizado por Rech e Freitas (2021), focou em debater a relação entre família e escola, analisando a existência de possíveis barreiras entre ambas que possam interferir na inclusão escolar do filho/aluno com AH/SD, no município de Santa Maria. Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa do tipo estudo de caso. Participaram 12 famílias com filhos identificados com comportamento de AH/SD. Em relação às professoras, foram selecionadas 11, dessas, seis regentes das turmas dos alunos com AH/SD que frequentavam os anos iniciais do ensino fundamental e cinco professoras conselheiras de turma.

Para coletar os dados, foram utilizadas duas versões do “*Checklist* da rotina compartilhada e envolvimento entre família-escola”, ou seja, a versão para professores e a versão para pais. O primeiro instrumento possui 46 questões contendo duas opções de resposta, “sim” e “não”. A versão para pais (mãe, pai ou responsável), é composta por 55 questões, com as mesmas opções de resposta do *checklist* recentemente descrito. As pesquisadoras também utilizaram o diário de campo para registrar as falas dos participantes. Essa categoria foi dividida em duas subcategorias, a saber: “Participação na elaboração da proposta pedagógica e do projeto político pedagógico” e “Configuração escolar: modelos pedagógicos, estratégias pedagógicas

e avaliação”. Segundo os relatos, poucas famílias tiveram a oportunidade de enviar sugestões em relação às estratégias pedagógicas e às formas de avaliação adotadas pelas escolas frequentadas pelos seus filhos, com o intuito de compartilhar ideias e contribuir para um melhor planejamento. Do mesmo modo, os professores afirmaram que os pais dos seus alunos foram pouco participativos no encaminhamento de propostas e sugestões para avançar no debate de estratégias que pudessem contribuir para o desenvolvimento dos potenciais presentes nos alunos com AH/SD, assim como reconheceram que a escola não tem dado abertura para que se efetive esse diálogo com a família.

Como oitavo e último artigo tem-se “Coensino e Educação Física escolar: intervenções voltadas à inclusão de estudantes com deficiência”. O estudo foi realizado por Gatti e Munster (2021), cujo objetivo foi descrever e analisar intervenções por meio do coensino enquanto apoio para promover a inclusão de estudantes com dificuldades no contexto da educação física escolar, sob a perspectiva colaborativa. A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais de uma cidade de pequeno porte do interior do estado de São Paulo escolhidas por critério de conveniência. A seleção dos participantes compreendeu os seguintes critérios: ser Professor de Educação Física (PEF) em escola pública, lecionar para turmas de 5º ao 9º ano do ensino fundamental e possuir Estudante com Deficiência (ECD) frequentando suas aulas. Assim, os participantes foram três professores de Educação Física (EF), suas respectivas turmas e um professor especialista em EF escolar.

A coleta de dados foi dividida em três fases: pré-intervenção, intervenção e pós-intervenção. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: observação do tipo sistemática, registro em diários de campo e entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, utilizou-se a análise temática e as categorias foram definidas com base nas etapas da aplicação do coensino, a partir de Brown, Howerter e Morgan (2013). Assim, nesse estudo, foram levantadas as seguintes dificuldades por parte dos professores: a) pouco tempo para planejamento, b) formação profissional insuficiente para lidar com essa população e, c) conciliação da atenção dada a todos os alunos (número excessivo de alunos por turma) com a atenção dada aos ECD. Em relação ao aluno com deficiência, com base no relato dos participantes e nas observações: a) resistência em participar das aulas, b) dificuldade na realização das atividades exigidas nas aulas. Conclui-se que a aplicação do coensino nas aulas de Educação Física é possível e viável, considerando que esta estratégia colaborativa supriu, de

maneira específica, as necessidades dos PEF e ECD em dois casos, favorecendo a inclusão no contexto estudado.

Para finalizar esse tópico, apresenta-se uma síntese das características gerais dos estudos.

No que se refere aos estudos analisados, foram analisados oito artigos que abordavam em seu conteúdo o Trabalho e Ensino Colaborativo no âmbito escolar. Destes, dois artigos que optaram pelo método quantitativo e qualitativo, e seis artigos que escolheram o método qualitativo nas suas pesquisas. As pesquisas envolveram a área da saúde como apoio principal para que fosse promovido um trabalho colaborativo tendo em vista as dificuldades apresentadas pelos estudantes, assim como os colaboradores incluídos no contexto escolar, tais como: equipe diretiva, docentes, estudantes e familiares. Como resultados, os estudos, em sua maioria, apontam barreiras encontradas ao efetivar o trabalho e ensino colaborativo, outros orientam para as possíveis melhoras a serem realizadas dentro de toda comunidade escolar que visem abordar essa prática para realmente efetivá-la; e outros apontam para a desarmonia encontrada em relação as legislações de apoio a inclusão escolar e a prática da mesma no contexto educacional.

3.2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a discussão dos resultados tomo como referência os objetivos do estudo, sendo: a) buscar o conhecimento sobre os estudos empíricos em relação ao trabalho e ensino colaborativo que estão sendo realizados nas escolas brasileiras; b) identificar os conceitos de trabalho e ensino colaborativo de referência em cada estudo realizado; c) identificar nos estudos os aspectos indicados como necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo; d) especificar nos estudos as barreiras apontadas para a implementação do trabalho e ensino colaborativo.

- a) Estudos empíricos em relação ao trabalho e ensino colaborativo que estão sendo realizados nas escolas brasileiras;

No que se refere aos estudos empíricos em relação ao trabalho e ensino colaborativo que estão sendo realizados nas escolas brasileiras, estes estão sendo implementados pelas áreas da Saúde e Educação. Na área da saúde têm-se o apoio dos profissionais da Fisioterapia (MELO; PEREIRA; 2013); dos profissionais da Fonoaudiologia (MACHADO; BELLO; ALMEIDA, 2012); e profissionais da Psicologia

(FONSECA; FREITAS; NEGREIROS, 2018). Na área da educação têm-se o apoio dos profissionais da Terapia Ocupacional (GEBRAEL; MARTINEZ, 2011); do segundo professor de turma (BUSS; GIACOMAZZO, 2019); do professor de Educação Física (GATTI; MUNSTER, 2021). Destaca-se também, o apoio da família e da escola (RECH; FREITAS, 2021), e a contribuição de instrumentos de avaliação (MELLO; HOSTINS, 2018) no trabalho colaborativo.

Portanto, os estudos empíricos analisados neste trabalho, vem ao encontro da literatura especializada, conforme aponta Thiesen (2008) ao considerar que o professor precisa se tornar um profissional com visão integrada e se apropriar e contribuir com outras áreas do conhecimento, e vice-versa, para melhor atender as especificidades do processo de aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas.

b) Conceitos de trabalho e ensino colaborativo de referência em cada estudo;

Sobre os conceitos de trabalho e ensino colaborativo de referência em? foram identificados diversos termos e concepções, de acordo com cada artigo analisado. No estudo desenvolvido pelos autores Gebrael e Martinez (2011, p.4), identificou-se o conceito de “consultoria colaborativa” de autoria de Mendes(2006, p. 4), sendo:

A consultoria colaborativa consiste em um modelo de suporte baseado no trabalho colaborativo entre profissionais especializados (psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais) e educadores da escola comum.

O conceito de consultoria colaborativa supracitado está de acordo com o conceito de trabalho e ensino colaborativo, por objetivarem a cooperação e parceria entre os profissionais de diversas áreas da Educação e Saúde a fim de contribuir com o processo de inclusão de alunos com e sem deficiência na escola regular e de apoiar os profissionais na atuação de forma direta com o aluno ou indiretamente por meio da consultoria entre os profissionais.

No estudo desenvolvido pelos autores Buss e Giacomazzo (2019), identificou-se o conceito de Coensino para o Trabalho e Ensino Colaborativo. Segundo os autores,

O ensino colaborativo (Coensino) é uma possibilidade de trabalho entre os professores do ensino regular e especial, que necessita co-responsabilização no processo de ensino e de aprendizagem, compartilhamento no planejamento, na execução e na avaliação de um grupo heterogêneo de

estudantes, nos quais há alunos com deficiência(BUSS; GIACOMAZZO, 2019, p. 2).

Gatti e Munster (2021) corroboram com a ideia de Coensino tendo como referência o autor Friend (2008, p.4) com o seguinte conceito:

Nesse sentido, o coensino consiste em uma estratégia colaborativa baseada na parceria entre professor do ensino comum e o professor de educação especial (ou outro professor especialista) com o propósito de lecionarem a um grupo diversificado de alunos, incluindo aqueles com deficiência ou outras necessidades especiais, na sala regular do ensino comum, de forma a atender suas necessidades de aprendizagem. (tradução dos autores).

Assim como aborda Friend (2008), o ensino colaborativo enfatiza a parceria e colaboração entre professor de educação especial e professor da sala comum de ensino, objetivando o atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, entre outras necessidades educacionais específicas.

No estudo desenvolvido pelos autores Machado, Bello e Almeida (2012), identificou-se o conceito de Trabalho Colaborativo sendo considerado uma prática colaborativa em diversas áreas com a seguinte finalidade:

O trabalho colaborativo apresenta-se como uma direção significativa para solucionar problemas de diversas ordens, relacionados ao ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais, no contexto escolar inclusivo. Ele pode ser considerado uma estratégia valiosa para a solução de certos problemas no contexto escolar do século XXI(MACHADO; BELLO; ALMEIDA, 2012, p.2).

Conforme abordado pelos autores supracitados, o trabalho colaborativo poderá solucionar problemas variados relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, pois com a colaboração de profissionais de diversas áreas, como por exemplo do psicólogo, são identificados problemas socioemocionais que poderão interferir no processo de aquisição do conhecimento do aluno.

Nos estudos dos autores Melo e Pereira (2013), Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), Mello e Hostins (2018) e Rech e Freitas(2021) não foram abordados os conceitos de Trabalho e Ensino Colaborativo como apoio para os seus escritos.

c) Aspectos indicados como necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo;

De acordo com os artigos pode-se apontar alguns aspectos necessários para a prática do trabalho e ensino colaborativo implementados nas escolas brasileiras.

No estudo desenvolvido pelos autores Machado, Bello e Almeida (2012, p. 4), foram identificados os seguintes elementos considerados necessários para a atuação do trabalho colaborativo em equipe:

Quanto à atuação em equipe, é necessário ter uma perspectiva coletiva, traçar metas conjuntas para melhor atender ao grupo de alunos, participar da elaboração do planejamento escolar, das reuniões de pais e professores, entre outros.

Portanto, os autores sugerem vários aspectos necessários para a atuação em equipe de forma colaborativa para qualificar o atendimento dos alunos no contexto educacional.

No estudo de Melo e Hostins (2018, p. 5), um aspecto indicado como necessário para a prática do trabalho e ensino colaborativo é a realização de um planejamento em conjunto do professor de educação especial com atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE) com o professor da classe comum do ensino regular, com a seguinte finalidade:

Ao orientar os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais dos alunos com deficiência no AEE, a PNEEPEI¹, orienta a atuação articulada entre a educação especial e o ensino comum no atendimento desses alunos, reforçando a importância de práticas colaborativas.

O estudo de Gatti e Munster (2021) corrobora com o estudo dos autores Melo e Hostins (2018) ao enfatizar o termo coplanejamento para o trabalho e ensino colaborativo para delimitação dos objetivos e das atividades de aprendizagem a serem implementadas de forma compartilhadas para garantir que haja trabalho em conjunto entre os professores (da educação especial e do ensino comum) para atender as demandas dos alunos com necessidades educacionais específicas no contexto da sala de aula.

Os autores Buss e Giacomazzo (2019) consideram que o aspecto indicado como necessário para a prática do trabalho e ensino colaborativo é o compartilhamento na execução do plano de aula e na avaliação dos estudantes com e sem deficiência, tendo em vista que a inclusão exige mudanças no currículo, no planejamento de atividades e nas visões dos professores das escolas em relação ao

¹Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

processo de ensino e de aprendizagem e das pessoas com deficiência, entre outras necessidades educacionais específicas. Essa consideração vem ao encontro da literatura especializada, conforme aponta Casal e Fragoso (2019), ao afirmarem que os professores de educação especial esperam colaboração dos professores da classe comum em relação à disponibilidade de tempo para programação das aulas e métodos avaliativos tendo em vista o pleno desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais específicas.

O estudo de Fuck e Cordeiro (2015) aponta para a necessidade do suporte da equipe diretiva no processo de escolarização do aluno com necessidades educacionais específicas, sendo este um elemento indicado como necessário para a prática do trabalho e ensino colaborativo. Buss e Giacomazzo (2019, p.12) reiteram essa ideia, conforme pode ser observado no excerto que segue: “A gestão deve estar disponível juntamente aos professores para encontrar soluções para todas as dificuldades, sejam materiais, estrutura física, relacionamento dos profissionais, formações, entre outros que afetam a aprendizagem dos alunos”.

O estudo de Rech e Freitas (2021) também corrobora com o entendimento da importância da gestão escolar da equipe diretiva para que a prática colaborativa dos planejamentos possa ocorrer. Assim como, consideram que cabe à gestão escolar promover efetivas práticas para estimular a participação da família do aluno com e sem deficiência no seu processo educacional, conforme pode ser observado no seguinte excerto: “Outro aspecto que precisa ser destacado é a família, instituição fundamental na vida dos filhos. No caso de um filho público-alvo da educação especial, o suporte familiar faz-se ainda mais importante, devendo, portanto, ser intensificado” (RECH; FREITAS, 2021, p. 3).

O estudo de Bus e Giacomazzo (2019) também ressalta a importância da família no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, para que aconteça a troca de informações e ideias na busca de melhor conhecer o aluno em sua globalidade. O estudo de Mello e Hostins (2018) aponta para a mesma direção, ou seja, os autores abordam a importância de conhecer a família e a história de vida e trajetória escolar do aluno com deficiência, pois eles apresentam uma história de possibilidades as quais os professores deverão estar inteirados para ter um melhor conhecimento do aluno e dos seus contextos de aprendizagens.

Segundo Rech e Freitas (2021), a escola deve propiciar momentos de trocas e interações da família do aluno com a comunidade escolar, para que os objetivos

traçados pela escola sejam acompanhados pela família, que poderá dar prosseguimento com os estímulos que vão ao encontro das habilidades identificadas no filho. Os autores Rech e Freitas (2021, p.20), ao analisarem a prática das reuniões iniciais do ano letivo, consideram que:

Ambos, familiares e professores, acreditam que essas reuniões poderiam ser mais abrangentes, apresentando a proposta pedagógica e as formas de avaliação de modo a esclarecer aos familiares acerca desses procedimentos, estreitando essas relações e construindo um elo colaborativo e informativo que poderia se estender ao longo do ano letivo e não se resumir em apenas uma reunião inicial.

Portanto, os autores supramencionados dão ênfase nas reuniões ocorridas nas escolas com os professores e familiares dos seus alunos, considerando estas como uma possibilidade de articulação de um trabalho colaborativo que se estenderia ao longo do ano letivo. Entretanto, no estudo dos autores Rech e Freitas (2021), essa possibilidade está se resumindo em reuniões de início de ano letivo.

O estudo dos autores Fonseca, Freitas e Negreiros (2018, p. 12) apontou que a atuação dos psicólogos nas escolas contribui de forma colaborativa com o trabalho docente e com o manejo familiar do aluno, conforme enfatizam:

Os resultados indicaram que as psicólogas escolares desenvolvem atividades como escuta; orientação individual e/ou grupal; intervenções em sala de aula; e projetos. Essas atribuições são relacionadas a demandas comportamentais, acadêmicas e de manejo familiar a elas direcionadas pelos professores.

O estudo de Gebrael e Martinez (2011, p. 17) corrobora com o estudo de Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) ao considerarem que o terapeuta ocupacional contribui de forma colaborativa com o trabalho docente: “Durante a aplicação do programa houve a troca positiva entre as professoras e a terapeuta ocupacional, no caso a pesquisadora, no que se refere aos conhecimentos e habilidades de cada profissão colaborando entre si”.

Machado, Bello e Almeida (2012, p. 6) igualmente consideram que outras áreas profissionais, como a da fonoaudiologia, colaboram com o trabalho docente, com os familiares e alunos com necessidades específicas, conforme pode ser observado no seguinte excerto:

Portanto, a Fonoaudiologia e a Educação permitem desvelar um espaço de atuações articuladas e com parcerias que agregam valores no sentido de possibilitar às diferentes populações, absorver as especificidades de ambas as áreas e enriquecer as atuações e minimizar as dificuldades encontradas. Desvenda-se a necessidade de colaboração e cooperação entre todos participantes do processo educacional - fonoaudiólogos, pais, professores, alunos, coordenadores pedagógicos, diretores, comunidade e outros na tentativa de tornar o ambiente educacional flexível e potencializar as habilidades de cada aluno para um amplo aprendizado.

Por conseguinte, os autores Fonseca, Freitas e Negreiros (2018), Gebrael e Martinez (2011), Machado, Bello e Almeida (2012) apontam como aspectos que contribuem com o trabalho e ensino colaborativo as atuações articuladas no contexto escolar de outras áreas profissionais, tais como: psicologia, terapia ocupacional e fonoaudiologia. Assim sendo, o trabalho colaborativo entre profissionais das áreas da Educação e Saúde, para os casos dos alunos que necessitam de atendimentos em ambas as áreas, beneficia o coletivo, por exemplo: familiares, professores, alunos, equipe diretiva, entre outros envolvidos no processo de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais específicas.

d) Barreiras para a implementação do trabalho e ensino colaborativo.

Na integralidade os artigos identificaram abarreiras que impedem a implementação do trabalho e ensino colaborativo nas escolas. Melo e Pereira (2013) consideram que os professores estão despreparados para atuar junto aos alunos com deficiência física. Gatti e Munster (2021) corroboram com a ideia de que os professores não estão preparados para atuar com alunos considerados público-alvo da Educação Especial. Gebrael e Martinez (2011) consideram que não há recursos suficientes para trabalhar com crianças com deficiência visual. Na perspectiva do coensino, Buss e Giacomazzo (2019) trazem outros fatores como a indisposição para colaborar uns com os outros; falta de vínculo; tempos e espaços diferentes para o planejamento; pouco suporte/apoio da gestão.

A respeito da preparação do professores para trabalhar no contexto escolar com alunos com algum tipo de deficiência, Melo e Pereira (2013) afirmam ser imprescindível que os professores estejam preparados para este tipo de atuação, identificando e sabendo intervir sobre suas necessidades educacionais específicas. Entretanto, de acordo com os autores, os professores dizem estar despreparados para trabalhar frente a uma turma diversificada. Ainda de acordo com Melo e Pereira (2013, p. 7):

Como motivos apontados para a falta de preparo foram citados: não saber lidar com esses alunos, falta de preparação na formação acadêmica, poucos cursos de formação continuada sobre educação de alunos com deficiência física e falta de orientação por parte de especialistas nas escolas.

A falta de tempo para o planejamento em conjunto, têm sido mais uma barreira apontada pelos professores na prática do trabalho e ensino colaborativo. Melo e Hostins (2018) afirmam que as escolas dispõem de pouco tempo para o planejamento das aulas, nesse sentido, o planejamento é considerado um momento importante na organização do trabalho pedagógico do professor que seria melhor qualificado se realizado de forma colaborativa com outros professores e profissionais envolvidos. Corroborando com os autores supracitados, o estudo de Buss e Giacomazo assegura que a falta de tempo para a construção do planejamento em conjunto, assim como a baixa frequência de reuniões com todos os professores de uma escola, interferem na prática do trabalho e ensino colaborativo na perspectiva da inclusão escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados dessa pesquisa foi possível compreender que para o trabalho e ensino colaborativo na perspectiva da inclusão escolar é necessário a participação de profissionais de diversas áreas de conhecimento, para a realização de práticas articuladas e eficazes que contribuam para o pleno desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, entre outras necessidades educacionais específicas.

Quando se tem uma equipe escolar abrangente e que trabalha de forma unida, com objetivos afins e práticas planejadas conjuntamente, incluindo a família do aluno, assim como, articuladas com os profissionais de outras áreas, a possibilidade de ser consolidado um processo de inclusão escolar nas escolas que atenda as especificadas dos alunos incluídos e dos respectivos profissionais, poderá ser concretizada.

No entanto, de acordo com os estudos analisados neste trabalho é notável algumas falhas que acabam por interferir no trabalho e ensino colaborativo, como por exemplo: a falta de preparo dos docentes para trabalhar nas turmas com alunos incluídos; a falta de tempo para um planejamento em conjunto; frequência de reuniões isoladas, além da falta de interação e diálogo entre os docentes e a gestão escolar/equipe diretiva.

Assim, concluo este estudo com a certeza de que o trabalho e ensino colaborativo é um caminho necessário e desafiador para as escolas inclusivas e aos profissionais de diversas áreas que atuam com alunos com necessidades educacionais específicas, dado contribuir com o processo de inclusão educacional do aluno por meio de práticas pedagógicas eficazes e articuladas que favorecem o aluno e os profissionais.

REFERÊNCIAS

BOTERF, G. L. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. *In*: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BROWN, N. B.; HOWERTER, C. S.; MORGAN, J. J. Tools and strategies for making co-teaching work. **Intervention in School and Clinic**, [S. l.], v. 49, n. 2, p. 84-91, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1053451213493174>. Acesso em: 3 ago. 2022.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 2, n. 4, p. p. 113-128, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/educare.v2i4.1659>. Acesso em: 8 ago. 2022.

COSTA, A. B.; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. *In*: KÖLLER, S. H.; COUTO, M. C. P. P.; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

FRIEND, M. Co-teaching: a simple solution that isn't simple after all. **Journal of Curriculum and Instruction**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 9-19, jul. 2008. Disponível em: <http://www.joci.ecu.edu/index.php/JoCI/article/view/17/26>. Acesso em: 29 jun. 2022.

HONNEF, C. Trabalho docente articulado: a relação entre a educação especial e o ensino comum. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Anped, 2015.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. *In*: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade**. Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

SILVA NETO, A. O. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/24091>. Acesso em: 6 ago. 2022.

THIESEN, J. S. A Interdisciplinaridade como um movimento de articulação no processo ensino-aprendizagem. **PerCursos**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 87-102, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1541>. Acesso em: 6 ago. 2022.